

Edenred Soluções de Mobilidade e Instituição de Pagamento HU S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Semestre e Exercício
Findos em 31 de Dezembro de 2024 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO REFERENTE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Apresentamos o Comentário de Desempenho das Demonstrações Financeiras da EDENRED SOLUCOES DE MOBILIDADE E INST. DE PAGTO. HU S.A. referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, acompanhadas do Relatório do Auditor Independente.

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a partir das diretrizes contábeis definidas pela lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76, incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07, com observância das normas e instruções do Conselho Monetário Nacional ("CMN"), do Banco Central do Brasil ("BACEN") e do Comitê dos Pronunciamentos Contábeis ("CPC") quando aplicável.

A Edenred Soluções de Mobilidade faz parte do Grupo Edenred, que há mais de 50 anos, conecta empregados, empresas e comerciantes em uma rede positiva de confiança em que todos ganham. Por isso, o Grupo Edenred é líder mundial em soluções transacionais que oferecem maior poder de compra para os colaboradores, gerenciamento de despesas otimizados para as companhias e negócios adicionais para comércios e postos credenciados.

A Edenred Soluções de Mobilidade obteve em 14 de fevereiro de 2024, autorização para atuar como instituição de pagamento em funcionamento na modalidade de emissora de moeda eletrônica, nos termos da Resolução BCB nº 81, de 25 de março de 2022, conforme publicação no Diário Oficial da União. A Administração da Companhia atesta que tem capacidade econômica e financeira de converter os saldos de moeda eletrônica mantidos em conta de pagamento em moeda física ou escritural no momento da solicitação do usuário.

O resultado do exercício de 2024 reflete a metodologia positiva do nosso serviço de pagamento automático de pedágios e estacionamento. Atualmente, estamos posicionados entre os três principais serviços de pagamento automático de pedágios e estacionamento, o que reflete nosso compromisso contínuo com a inovação e a excelência em serviços. Nos últimos meses, nossa plataforma evoluiu significativamente, com a integração de novos serviços e melhorias substanciais em usabilidade, o que nos permitiu oferecer uma experiência ainda mais robusta e intuitiva para nossos clientes. Além disso, estamos totalmente preparados para a adoção da nova tecnologia de Free Flow, que representa uma transformação na forma como gerenciamos o tráfego e a cobrança de pedágios. Esta prontidão demonstra nossa capacidade de antecipar as demandas do mercado e oferecer soluções tecnológicas.

Para o segundo semestre do ano, nosso foco estará em explorar novas oportunidades de negócios, a fim de continuar fortalecendo nossa posição no mercado e oferecendo valor adicional aos nossos clientes.

Ficamos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a confiança de todos os nossos clientes e dos nossos colaboradores que não medem esforços para o sucesso da Companhia.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
Edenred Soluções de Mobilidade e Instituição de Pagamento HU S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Edenred Soluções de Mobilidade e Instituição de Pagamento HU S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Edenred Soluções de Mobilidade e Instituição de Pagamento HU S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

Conforme mencionado na nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras, as demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2024, sem comparação com o período anterior, devido à Administração ter optado pela faculdade prevista no artigo 42º da Resolução BCB nº 2/2020 de não apresentar informações comparativas nessas demonstrações financeiras por se tratar da primeira elaboração das demonstrações financeiras da Companhia de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo BACEN.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited ("DTTL"), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a "organização Deloitte"). A DTTL (também chamada de "Deloitte Global") e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte é líder global de auditoria, consultoria empresarial, assessoria financeira, gestão de riscos, consultoria tributária e serviços correlatos. Nossa rede global de firmas-membro e entidades relacionadas, presente em mais de 150 países e territórios (coletivamente, a "organização Deloitte"), atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®. Saiba como os cerca de 460.000 profissionais da Deloitte impactam positivamente seus clientes em www.deloitte.com.

© 2025. Para mais informações, contate a Deloitte Global.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

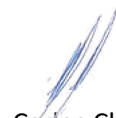
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras, ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de maio de 2025



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8



Carlos Claro
Contador
CRC nº 1 SP 236588/O-4

EDENRED SOLUÇÕES DE MOBILIDADE E INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO HU S.A.

Balço Patrimonial

Em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2024	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2024
CIRCULANTE			CIRCULANTE		
Disponibilidades	4	6.021	Fornecedores		1.518
Instrumentos financeiros		26.786	Obrigações sociais e estatutárias	13	1.076
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	26.786	Obrigações fiscais correntes		770
Rendas a receber	6	90.836	Outras contas a pagar	14	126.117
(Provisão para perdas esperadas associada ao risco de crédito)	7	(10.635)			
Ativos fiscais correntes	8.d	1.754			
Despesas antecipadas		266			
Empréstimos - Mútuo	17	20.969			
Outras contas a receber	9	5.708			
Total do ativo circulante		141.705	Total do passivo circulante		129.481
NÃO CIRCULANTE			NÃO CIRCULANTE		
Ativos fiscais diferidos	8.b	20.738	Outras contas a pagar	14	57.565
Investimentos	10	63.891			
Imobilizado de uso	11	10			
(Depreciações Acumuladas)	11	(8)			
Intangível	12	7.935			
(Amortizações Acumuladas)	12	(325)			
Total do ativo não circulante		92.241	Total do passivo não circulante		57.565
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			Capital social	16	75.283
			Reservas de capital	16	659
			Prejuízos acumulados		(29.042)
			Total do patrimônio líquido		46.900
TOTAL DO ATIVO		233.946	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		233.946

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EDENRED SOLUÇÕES DE MOBILIDADE E INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO HU S.A.**Demonstração do Resultado**
do Semestre e Exercício Findos em 31 de Dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	2º Semestre	Exercício
Receita líquida de prestação de serviços	18	13.669	25.229
Resultado de intermediação financeira	19	9.174	12.654
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		22.843	37.883
Custo dos serviços prestados	20	(8.253)	(9.168)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		14.590	28.715
RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS		(37.329)	(54.121)
Despesa com pessoal	21	(2.473)	(2.990)
Despesa de depreciação e amortização	10, 11 e 12	(9.134)	(17.947)
Equivalência Patrimonial	10	(16.655)	(20.200)
Despesas gerais e administrativas	22	(8.798)	(11.779)
Outra receitas e despesas operacionais	23	(269)	(1.205)
PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(22.739)	(25.406)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		3.350	2.428
Correntes	8.a	(3.137)	(7.250)
Diferidos	8.b	6.487	9.678
PREJUÍZO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO		(19.389)	(22.978)
QUANTIDADE DE AÇÕES	24	82.374	82.374
PREJUÍZO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO POR LOTE DE MIL AÇÕES - R\$	24	(0,24)	(0,28)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EDENRED SOLUÇÕES DE MOBILIDADE E INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO HU S.A.

Demonstração do Resultado Abrangente
do Semestre e Exercício Findos em 31 de Dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	2024	
	2º Semestre	Exercício
PREJUÍZO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	(19.389)	22.978
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	(19.389)	22.978

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EDENRED SOLUÇÕES DE MOBILIDADE E INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO HU S.A.

**Demonstração das Mutações de Patrimônio Líquido
do Semestre e Exercício Findos em 31 de Dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)**

	Capital Social	Reserva de Capital	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	75.283	659	(6.064)	69.878
Prejuízo do exercício	-	-	(22.978)	(22.978)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	75.283	659	(29.042)	46.900
Saldos em 30 de junho de 2024	75.283	659	(9.653)	66.289
Prejuízo do semestre	-	-	(19.389)	(19.389)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	75.283	659	(29.042)	46.900

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EDENRED SOLUÇÕES DE MOBILIDADE E INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO HU S.A.**Demonstração dos Fluxos de Caixa
do Semestre e Exercício Findos em 31 de Dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)**

	Nota	2024	
	Explicativa	2º Semestre	Exercício
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Prejuízo do semestre/ exercício		(19.389)	(22.978)
Reconciliação do lucro líquido com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	10, 11 e 12	9.134	17.947
Provisões de juros mútuo	17	(1.469)	(1.469)
Ganho / perda na baixa/venda de imobilizado e intangível	22	(1)	(1)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	21	8.063	10.488
Equivalência patrimonial	10	16.655	20.200
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.a	(6.487)	(9.678)
Prejuízo ajustado		6.506	14.509
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Instrumentos financeiros		31.471	26.391
Rendas a receber		9.821	(33.502)
Ativos fiscais correntes		3.148	(446)
Outras contas a receber		(2.998)	(3.714)
Despesas antecipadas		688	733
Outros Ativos		-	(2.159)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		(1.750)	706
Obrigações sociais e estatutárias		905	849
Obrigações fiscais e previdenciárias		157	5.950
Contas a pagar de aquisição de empresa		(1.690)	(856)
Outras contas a pagar		(14.001)	25.841
		32.257	34.302
Caixa gerado pelas atividades operacionais:			
Juros recebidos de clientes		2.129	3.866
Imposto de renda e contribuição social pagos		(3.900)	(5.532)
Caixa líquido aplicado pelas atividades operacionais		(1.770)	(1.664)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisições ativo intangível	12	(3.796)	(5.950)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(3.796)	(5.950)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Pagamento de dividendos		(1.235)	(1.235)
Empréstimos líquidos concedidos	17	(19.500)	(19.500)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(20.735)	(20.735)
AUMENTO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		5.956	5.953
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
Saldo inicial	4	65	133
Saldo final	4	6.021	6.086
AUMENTO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		5.956	5.953

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



EDENRED SOLUÇÕES DE MOBILIDADE E INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO HU S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Valores em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Edenred Soluções de Mobilidade e Instituição de Pagamento HU S.A. (“Companhia” ou “Edenred Mobilidade”), sociedade anônima de capital fechado, iniciou suas operações em 30 de julho de 2013, como B2B Com. Eletrônico de Peças S.A., tendo sua denominação social alterada no dia 27 de dezembro de 2022, com sede na cidade de Campo Bom, estado do Rio Grande do Sul, na rua Machado de Assis, 50, prédio 3 - Sala 201, tendo como única acionista e controladora a Ticket Soluções Holding Financeira S.A., e ambas integram o Grupo Edenred, controlado pela Edenred Brasil Participações S.A.

A Companhia tem como objeto a emissão de instrumentos de pagamentos pré-pagos para pagamento de pedágio eletrônico, na qualidade de instituição de pagamento, na modalidade de emissor de moeda eletrônica; prestação de serviços de emissão, de administração e de pagamento relacionados a instrumentos de pagamento pós-pago; intermediação de Negócios e atividades de Serviços Financeiros; e serviços de processamentos, tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e hospedagem. Adicionalmente, atua como parceiro na revenda de tags da controlada Greenpass Tec. e Instituição de Pagto HUE. S.A.(“Greenpass”).

A Edenred Mobilidade obteve em 14 de fevereiro de 2024, autorização do Banco Central do Brasil para funcionar como Instituição de Pagamento, na modalidade de emissora de moeda eletrônica e emissora de instrumento de pagamento pós-pago, nos termos da Resolução BCB nº 81, de 25 de março de 2022, conforme publicação no Diário Oficial da União.

A Companhia apresentou no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 prejuízo de R\$22.978 (prejuízo de R\$19.389 no semestre findo em 31 de dezembro de 2024), substancialmente impactado pelo prejuízo apresentado pela sua controlada Greenpass. O atual plano de negócios da Edenred Mobilidade evidencia que esta situação deverá ser revertida nos próximos anos, com base: (i) na crescente adesão de novos usuários ao produto Taggy; (ii) aumento da capacidade de vendas com a aquisição da Greenpass, fornecedora da Taggy. Adicionalmente, a Administração da Companhia avalia que algumas tendências de mercado favorecerão a adoção dos seus produtos, entre as quais estão a digitalização dos meios de pagamento e os incentivos governamentais à utilização do sistema de cobrança automática em pedágios com concessão de descontos tarifários.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais levam em consideração as disposições contidas na legislação societária brasileira, normas e instruções do Conselho Monetário Nacional - CMN e do BACEN, quando aplicáveis. A apresentação destas demonstrações financeiras está de acordo com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – (“COSIF”), normas e Resolução BCB nº 2, de 12 de agosto de 2020 do BACEN e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pelo BACEN:

- CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro | Resolução BCB nº 120/21.



- CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos | Resolução BCB nº 120/21.
- CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis | Resolução CMN nº 4.524/16.
- CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa | Resolução BCB nº 02/20.
- CPC 04 (R1) - Ativo Intangível | Resolução BCB nº 07/20.
- CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas | Resolução BCB nº 02/20.
- CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações | Resolução BCB nº 08/20.
- CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro | Resolução BCB nº 120/21.
- CPC 24 - Evento Subsequente | Resolução BCB nº 02/20.
- CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes | Resolução BCB nº 09/20.
- CPC 27 – Ativo Imobilizado | Resolução BCB nº 06/20.
- CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados | Resolução BCB nº 59/20.
- CPC 41 – Resultado por ação | Resolução BCB nº 02/20.
- CPC 46 - Mensuração do Valor Justo | Resolução BCB nº 120/21.
- CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente | Resolução BCB nº 120/21.

A elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais levam em consideração as normas e instruções do BACEN, quando aplicáveis, exige que a Administração efetue estimativas e adote premissas no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes registrados de certos ativos e passivos (financeiros ou não), receitas, despesas e outras transações, tais como:

- i) Valor justo de determinados ativos e passivos financeiros.
- ii) Provisão para perdas associadas ao risco de crédito.
- iii) “Impairment” de ativos não financeiros.
- iv) Prazo de vida útil do ativo imobilizado.
- v) Prazo de vida útil de ativos intangíveis.
- vi) Provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes de passivos contingentes.
- vii) Reconhecimento de créditos tributários, entre outros.

A liquidação das transações envolvendo estes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas, sendo estas baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no semestre em que as estimativas são revistas.

Em virtude de a Companhia ter obtido autorização para atuar como instituição financeira de pagamento pelo BACEN em 14 de fevereiro de 2024, passando a enviar as informações requeridas pelo BACEN a partir dessa data, a Companhia optou pela faculdade prevista no art. 42, § 5º da Resolução BCB nº 02/20 de não apresentar as informações comparativas das demonstrações financeiras, semestrais e anuais, relativas ao ano da autorização para funcionamento da instituição pelo Banco Central do Brasil.

As demonstrações financeiras foram preparadas em reais (R\$), sendo essa a moeda funcional da Companhia e a moeda de apresentação.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas para divulgação pela Administração em 28 de maio de 2025.

2.1. Normas e alterações de normas já emitidas, que ainda não estão em vigor

- Resolução BCB nº 391, publicada em junho de 2024, altera a Resolução BCB nº 178, de 19 de janeiro de 2022, que dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil contratadas pelas administradoras de consórcio e pelas instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Esta Resolução estabelece os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil que devem observar o Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC 06 (R2) – Arrendamentos, aprovado em 6 de outubro de 2017, no reconhecimento, na mensuração, na apresentação e na divulgação de operações de arrendamento mercantil. A Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

Os efeitos dos ajustes decorrentes da aplicação inicial dos critérios contábeis estabelecidos pelo pronunciamento serão registrados em contrapartida à conta de lucros ou prejuízos acumulados pelo valor líquido dos efeitos tributários. A Companhia não possui ativos e passivos de arrendamento.

A Resolução BCB nº 352/23, publicada em 23 de novembro de 2023, introduz novos conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de “hedge”) pelas sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários, pelas sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários, pelas sociedades corretoras de câmbio, pelas administradoras de consórcio e pelas instituições de pagamento, e sobre os procedimentos contábeis para a definição de fluxos de caixas de ativo financeiro como somente pagamento de principal e juros, a aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros, a constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito e a evidenciação de informações relativas a instrumentos financeiros em notas explicativas a serem observados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. A Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

Os principais assuntos relativos à adoção da Resolução 352 e avaliação dos impactos na Companhia, encontram-se detalhados a seguir:

Classificação de ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros serão ajustados e reclassificados com base no modelo de negócios da Companhia e nas características contratuais de cada instrumento segundo as categorias Custo Amortizado, Valor Justo por Meio de Resultado ou Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes. Essa reclassificação resultará na substituição das categorias atuais utilizadas para classificar os Títulos e Valores Mobiliários.

As características contratuais dos ativos financeiros serão verificadas pela avaliação dos fluxos de caixa contratuais desses instrumentos, que deverão se constituir como somente pagamentos de principal e juros (teste SPPJ). O teste SPPJ é fundamental para a adequada classificação dos ativos financeiros entre Custo Amortizado, Valor Justo por Meio de Resultado ou Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes. Além da reclassificação dos ativos financeiros nessas três novas categorias, a Companhia apurou um registro de provisão para perda de suas aplicações financeiras no montante de R\$56, impactando o patrimônio líquido em R\$37, líquido dos efeitos tributários.

Provisão para perdas esperadas

A Resolução 352 introduz um novo modelo para constituição de provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, substituindo as definições da Resolução nº 2.682/99. A Companhia adotará uma metodologia simplificada de apuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, considerando, em relação a contraparte pessoa jurídica, sua situação econômico-financeira, grau de endividamento, histórico de pagamentos, limites de crédito na instituição e no sistema financeiro e adequação entre os fluxos de caixa do devedor e suas obrigações com instituições. A adoção desse modelo gerará uma reversão de provisão para perdas esperadas no montante de R\$ R\$ 7.117, impactando o patrimônio líquido em R\$ 4.697, líquido dos efeitos tributários.

Taxa efetiva de juros

Os conceitos de taxa efetiva de juros na apropriação de Receitas sobre instrumentos financeiros que se enquadram no teste de SPPJ – Somente Pagamento de Principal e Juros não geram impactos para a Companhia.

- Resolução BCB nº 390, altera a Resolução BCB nº 92, de 6 de maio de 2021, que dispõe sobre a utilização do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil e as principais regras para utilização das rubricas contábeis do elenco de contas do Cosif, no que diz respeito aos níveis de agregação e aos tipos de rubricas contábeis.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras são as seguintes:

a) Apuração do resultado

O resultado é reconhecido pelo regime de competência, ou seja, as receitas e despesas são reconhecidas no período em que elas ocorrem, simultaneamente quando se relacionam, independentemente do efetivo recebimento ou pagamento.

b) Disponibilidades

São representados por dinheiro em caixa, depósitos em instituições financeiras, aplicações em operações compromissadas, não estando sujeitos a um risco significativo de mudança no seu valor justo. Os equivalentes de caixa são aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo.

c) Instrumentos financeiros – Circular BACEN Nº 3.068/01

Os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados de acordo com os critérios estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.068/2001 e levam em consideração a intenção da Administração em três categorias específicas:

- **Negociação:** classificam-se nesta categoria os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. Por isso, são apresentados no ativo circulante, independentemente do seu prazo de vencimento. São registrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustados ao valor de mercado.
- **Disponíveis para venda:** classificam-se nesta categoria os títulos e valores mobiliários que podem ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem frequentemente negociados ou de serem mantidos até o seu vencimento. Os rendimentos intrínsecos (“accrual”) são reconhecidos na demonstração de resultado e as variações no valor justo ainda não realizados são realizados em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários. Os ganhos e perdas de títulos disponíveis para venda, quando realizados, são reconhecidos na data de negociação na demonstração do resultado, em contrapartida de conta específica do patrimônio líquido.
- **Mantidos até o vencimento:** nesta categoria são classificados os títulos e valores mobiliários para os quais a Companhia tem a intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até seu vencimento. São registrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

Os declínios no valor justo dos títulos e valores mobiliários, abaixo dos seus respectivos custos atualizados, relacionados a razões consideradas não temporárias, serão refletidos no resultado como perdas realizadas.

A reavaliação quanto à classificação dos títulos e valores mobiliários é efetuada periodicamente de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Companhia, levando em consideração a intenção e a capacidade financeira da Companhia, observados os procedimentos estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.068/2001.

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia não possuía títulos classificados na categoria “negociação”.

d) Rendas a receber

São representados pelos valores a receber de clientes referente as operações de pedágio eletrônico, que são registradas e mantidas no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos. São registradas também as provisões para créditos de liquidação duvidosa destes títulos, a qual é constituída considerando uma análise do risco de realização sobre os títulos vencidos e a vencer, de acordo com os critérios de perda esperada.

e) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão para perdas esperadas é constituída com base em uma análise do risco de realização sobre os títulos vencidos e a vencer, de acordo com os critérios de perda incorrida.

f) Investimentos

Os investimentos em controladas são avaliados por equivalência patrimonial, conforme CPC 18 (R2), para fins de demonstrações financeiras da controladora.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de demonstrações financeiras da controladora, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em sua controlada. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento em controlada sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado da controladora.

Não houve a necessidade de constituição de provisão de perda por redução ao valor recuperável para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2024.

O valor de ágio e a mais valia são resultantes da aquisição da Greenpass, e são amortizados de acordo com a sua vida útil.

g) Imobilizado de uso

Corresponde aos bens tangíveis próprios e às benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros destinados à manutenção das atividades da Companhia ou que tenham essa finalidade por período superior a um exercício social. É demonstrado pelo custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas e ajustado por redução ao valor recuperável dos ativos (“impairment”), quando aplicável. As depreciações são calculadas pelo método linear, considerando a vida útil estimada de uso para cada ativo, obedecendo as seguintes taxas anuais aplicadas: móveis e utensílios – 10%.

h) Intangível

Corresponde aos ativos não monetários identificáveis sem substância física, adquiridos ou desenvolvidos pela instituição, destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. É reconhecido pelo seu valor de custo e ajustado por redução ao valor recuperável ("impairment"). A amortização do ativo intangível com vida útil definida é reconhecida, mensalmente e de forma linear, ao longo da sua vida útil estimada, considerando a taxa anual de 20% aplicada para software e programas de computador

i) Redução ao valor recuperável – ativos não financeiros

A Resolução BCB nº 120/21 dispõe sobre procedimentos aplicáveis ao reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas no valor recuperável de ativos e determina o atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 01 – Redução ao valor recuperável de ativos.

A redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros ("impairment") é reconhecida como perda quando o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa registrado contabilmente for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos ou grupos de ativos. As perdas por "impairment", quando aplicáveis, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Os valores dos ativos não financeiros são objeto de revisão periódica, no mínimo anual, para determinar se há alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização destes ativos.

Desta forma, em atendimento aos normativos relacionados, não houve reconhecimento de perda por "impairment" durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

j) Reembolsos a efetuar

Compreendem os saldos creditados nas tags, colocados em circulação e ainda não apresentados pelas praças de pedágio credenciadas para reembolso. Outras contas a pagar

Os valores registrados no grupo de outras contas a pagar referem-se substancialmente a valores a pagar pela aquisição da Greenpass. O grupo é composto também por obrigações com companhias coligadas e outros.

k) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovados pela Resolução BCB nº 09/20, da seguinte forma:

- Ativos contingentes: são possíveis ativos que resultam de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos e não totalmente sob o controle da Companhia. O ativo contingente não é reconhecido nas demonstrações financeiras e sim, divulgado caso a realização do ganho seja provável. Quando existem evidências de que a realização do ganho é praticamente certa, o mesmo deixa de ser contingente e passa a ser reconhecido.

- Provisões e passivos contingentes: uma obrigação presente (legal ou não formalizada) resultante de evento passado, na qual seja provável uma saída de recursos para sua liquidação e que seja mensurada com confiabilidade, deve ser reconhecida como uma provisão. Caso a saída de recursos para liquidar esta obrigação não seja provável ou não possa ser confiavelmente mensurada, ela não se caracteriza como uma provisão, mas sim como um passivo contingente, não devendo ser reconhecida, mas divulgada, a menos que a saída de recursos para liquidar a obrigação seja remota.
- Também se caracterizam como passivos contingentes as possíveis obrigações resultantes de eventos passados e cuja existência seja confirmada apenas pela ocorrência de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sobre controle da entidade. Essas obrigações possíveis também devem ser divulgadas. As obrigações são avaliadas pela Administração, com base nas melhores estimativas e levando em consideração o parecer dos assessores jurídicos, que reconhece uma provisão quando a probabilidade de perda é considerada provável; e divulga sem reconhecer provisão quando a probabilidade de perda é considerada possível. As obrigações cuja probabilidade de perda é considerada remota não requerem provisão nem divulgação.
- Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) referem-se a demandas judiciais pelas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, integralmente provisionado e atualizado mensalmente, independentemente da probabilidade de saída de recursos, uma vez que a certeza de não desembolso depende exclusivamente do reconhecimento da inconstitucionalidade da lei em vigor. Os depósitos judiciais não vinculados às provisões para contingências e às obrigações legais são atualizados mensalmente.

l) Fornecedores

- Representado, substancialmente, a valores a pagar às instituições de pagamento participantes do arranjo de pagamento.

m) Obrigações fiscais correntes e diferidas

- Correntes: a provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. O regime de apuração adotado pela Companhia é o lucro real.
- Diferidas: os impostos diferidos são reconhecidos sobre diferenças dedutíveis temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

A alíquota vigente para as operações é de 34%, devida pelas pessoas jurídicas no País sobre lucros tributáveis, conforme previsto na legislação tributária desta jurisdição.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando correspondem a itens registrados na rubrica “Ajuste de avaliação patrimonial” diretamente no patrimônio líquido.



n) Demonstração dos fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R02) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

o) Resultados não recorrentes

A Resolução BACEN nº 2/20, dispõe sobre a divulgação de resultados não recorrentes, sendo eles considerados os resultados que não estejam relacionados ou estejam relacionados incidentalmente com as atividades típicas da instituição e; não estejam previstos para ocorrerem com frequência nos exercícios futuros.

Não foram identificados resultados não recorrentes auferidos no semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2024.

4. DISPONIBILIDADES

Em 31 de dezembro 2024, o saldo de disponibilidades da Companhia é composto por:

Disponibilidades:	31/12/2024
Em moeda Nacional	6.021
Total	6.021

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

5.1 Em 31 de dezembro 2024 as aplicações interfinanceiras de liquidez, composto por LFT – Letra Financeira do Tesouro com os saldos apresentados abaixo:

	31/12/2024	
	Valor do custo amortizado	Valor de mercado/ contábil
LFT		
Operações Compromissadas – Letras Financeiras do Tesouro (i)	26.786	26.786
Total	26.786	26.786

- (i) Referem-se a operações compromissadas lastreadas em letras financeiras do tesouro e estão vinculadas a garantia dos saldos de moeda eletrônica, conforme determinada pela Resolução BCB nº 80/21.

Aplicações indexadas ao CDI, cuja remuneração foi de 98,5% do CDI em 31 de dezembro de 2024.





5.1. Composição por vencimento

	31/12/2024		
	Até 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Carteira própria – Disponível para venda			
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	2.656	24.130	26.786
Total	2.656	24.130	26.786

6. RENDAS A RECEBER

	31/12/2024
Clientes (a)	33.684
Valores transacionados a faturar (b)	57.710
Avisos de créditos (c)	(558)
Total	90.836

(a) O saldo refere-se à valores transacionados e faturados de acordo com a agenda de faturamento de cada cliente. Desse montante, os valores a receber com partes relacionadas é de R\$23.145.

(b) O saldo refere-se às transações realizadas pelos usuários do Sistema Taggy e Parkky, que serão arrecadadas e repassadas para a rede de aceitação de estacionamento e concessionárias de rodovias por meio da empresa "Greenpass".

(c) Valores de adiantamentos de clientes a serem consumidos pela prestação de serviços.

O saldo da rubrica "contas a receber de clientes" por idade de vencimento é como segue:

	31/12/2024
A vencer	77.322
Vencidos:	
De 0 a 14 dias	3.961
De 15 a 30 dias	1.693
De 31 a 60 dias	2.587
De 61 a 90 dias	1.084
De 91 a 120 dias	1.153
De 121 a 180 dias	845
Acima de 180 dias	2.191
Total	90.836





7. PROVISÃO PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO

A Edenred Mobilidade realiza a provisão para fazer face às perdas prováveis em valores relativos às transações operacionais. A movimentação para o semestre findo em 31 dezembro 2024 está detalhada a seguir:

	31/12/2024
Saldo em 31/12/2023	147
Adições	2.425
Baixas de créditos contra prejuízo	-
Saldo em 30/06/2024	2.572
Saldo em 30/06/2024	2.572
Adições	11.863
Baixas de créditos contra prejuízo	(3.800)
Saldo em 31/12/2024	10.635

8. ATIVOS E PASSIVOS FISCAIS CORRENTES E DIFERIDOS

- a) Reconciliação do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL):

	2º Semestre	Exercício
Prejuízo antes do IRPJ e da CSLL	(22.739)	(25.406)
Alíquota vigente	34%	34%
Crédito de IRPJ e CSLL de acordo com alíquota vigente	7.731	8.638
Efeito das adições/exclusões do período:		
Diferenças permanentes (i)	(4.381)	(6.210)
Resultado de IRPJ e CSLL	3.350	2.428
Provisão para imposto de renda corrente	(2.305)	(5.324)
Provisão para contribuição social corrente	(832)	(1.926)
IRPJ diferido	4.770	7.115
CSLL diferido	1.717	2.563
Alíquota efetiva	15%	10%

- (i) As diferenças permanentes referem-se substancialmente as adições oriundas de despesas com equivalência patrimonial, brindes, multas, patrocínio e exclusões por conta de incentivos fiscais, conforme demonstrado a seguir:

	2º semestre	Exercício
Incentivos fiscais	-	-
Equivalência patrimonial	(5.663)	(6.868)
Brindes, multas, patrocínio, etc.	1.282	658
Despesa de IRPJ e CSLL de acordo com alíquota vigente	(4.381)	(6.210)



b) Movimentação do saldo do IRPJ e da CSLL diferidos:

Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos, registrados nas demonstrações financeiras, são provenientes de diferenças temporárias. Os créditos e débitos estão mantidos no ativo e passivo não circulantes, considerando a expectativa de realização com base em projeções de geração de lucros tributáveis. Os valores são demonstrados a seguir

	<u>31/12/2023</u>	<u>Movimentação</u>	<u>31/12/2024</u>
Amortização ágio	6.407	3.495	9.902
Amortização mais valia	4.578	2.498	7.076
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	51	3.565	3.616
Provisão para bônus e PLR	3	71	74
Outras provisões (i)	21	49	70
Total de crédito tributário de IR e CS - Ativo	<u>11.060</u>	<u>9.678</u>	<u>20.738</u>

- (i) Referem-se, substancialmente, a valores provisionados de honorários, despesas de informática, marketing, treinamentos e operacionais.

c) Expectativa de realização dos ativos diferidos:

A Administração avaliou a realização dos ativos diferidos conforme plano de negócios, e a expectativa é que o benefício seja inteiramente consumido, conforme demonstrado a seguir:

	<u>31/12/2024</u>
2025	431
2027	4.994
2028	5.992
2029	9.321
Total	<u>20.738</u>

Em 31 dezembro de 2024, o valor presente líquido dos ativos fiscais diferidos estimados é de R\$16.318, considerado a taxa Selic do período.

d) Ativos fiscais correntes:

	<u>31/12/2024</u>
Antecipação de impostos federais	1.445
Crédito de impostos federais	210
IRRF sobre aplicações financeiras	64
Imposto de Renda Retido na Fonte ("IRRF") sobre serviços	35
Total	<u>1.754</u>



9. OUTRAS CONTAS A RECEBER

	<u>31/12/2024</u>
Provisão de receita (pedágio) - mensalidade não faturada	3.389
Perdu P�rim� (ii)	2.115
Contas a receber de partes relacionadas (i)	66
Adiantamentos	28
Outras contas a receber	110
Total	<u>5.708</u>

(i) Vide nota explicativa n  17.

(ii) Perdu P rim  é a provisão para o reconhecimento de receita do saldo em circulação dos cartões e tags não utilizados pelos usuários, após um período determinado de cinco anos e que se enquadre nas regras de expurgos (cartão vencido, ausência de solicitação de devolução de saldo e a ausência de moviment  o) pré-determinados pela Companhia.

10. INVESTIMENTOS

O saldo de investimentos é composto por investimento em companhia controlada no montante descrito abaixo:

a) Dados da controlada em 31 de dezembro de 2024

Investida	% Participação	Número cotas	Total Ativo	Total Passivo	Patrim�nio líquido	Resultado exercício
Greenpass Tecnologia e Inst. de Pagto HUE. S.A.	51%	157.133	280.231	299.463	14.424	(33.656)

b) Movimentação dos investimentos

	Saldo em 31/12/2023	Ajuste ao valor justo	Equivalência Patrimonial	Amortização	Saldo em 31/12/2024
Investimento	10.391	-	(20.200)	-	(9.809)
Ágio	32.551	-	-	(10.280)	22.271
Call option (i)	76.638	(41.677)	-	-	34.961
Mais Valia – Carteira de clientes e Software	23.813	-	-	(7.345)	16.468
TOTAL	<u>143.393</u>	<u>(41.677)</u>	<u>(20.200)</u>	<u>(17.625)</u>	<u>63.891</u>

Em 30 de novembro de 2023, foi realizada uma operação de cisão parcial da Companhia Ticket Soluções HDFGT S.A para a Edenred Soluções de Mobilidade e Instituição de Pagamento HU S.A. (“Emob”), sendo transferidos todos os ativos e passivos relacionados ao investimento Greenpass para Emob, que passou a ser a controladora da Greenpass, com 51% de participação em seu capital social.

(i) Refere-se a garantia de opção de compra de 49% das ações da Greenpass. Em dezembro de 2024 parte do valor foi ajustado após atualização do valor justo das opções de compra da parcela remanescente das ações da Greenpass.





11. IMOBILIZADO DE USO

a) Composição do imobilizado:

	Taxa de Depreciação	31/12/2024		
		Custo	Amortização Acumulada	Líquido
Móveis e utensílios	10%	10	(8)	2
		10	(8)	2

b) Movimentação do imobilizado:

Custo:	31/12/2023	Adições	31/12/2024
Móveis e utensílios	10	-	10
Total	10	-	10
Depreciação acumulada:	31/12/2023	Adições	31/12/2024
Móveis e utensílios	(7)	(1)	(8)
Total	(7)	(1)	(8)
Valor líquido	3	(1)	2

12. INTANGÍVEL

a) Composição do intangível

	Taxa anual de Amortização - %	31/12/2024		
		Custo	Amortização Acumulada	Saldo Residual
Software em desenvolvimento (*)	-	5.569	-	5.569
Software desenvolvido internamente	20	2.366	(325)	2.041
		7.935	(325)	7.610

(*) Referem-se as horas de serviços de profissionais especializados em tecnologia necessárias para o desenvolvimento de novos softwares utilizados na operação da Companhia.



b) Movimentação do intangível

	<u>31/12/2023</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferências</u>	<u>31/12/2024</u>
Custo					
Software em desenvolvimento	2.042	5.894	(1)	(2.366)	5.569
Software desenvolvido internamente	-	-	-	2.366	2.366
	<u>2.042</u>	<u>5.894</u>	<u>(1)</u>	<u>-</u>	<u>7.935</u>
Amortização					
Software desenvolvido internamente	-	(325)	-	-	(325)
	-	(325)	-	-	(325)
	<u>2.042</u>	<u>5.569</u>	<u>(1)</u>	<u>-</u>	<u>7.610</u>

Os testes de recuperação são realizados anualmente, no levantamento do balanço ou na existência de indicadores de perdas, conforme descrito na nota explicativa nº 3. Por não haver indicador de perdas no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 não temos valores registrados decorrentes dos testes de "Impairment".

13. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E ESTATUTÁRIAS

	<u>31/12/2024</u>
Provisão para participação nos lucros	454
Provisão Férias	383
Encargos Sociais e outros	239
Total	<u>1.076</u>

14. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	<u>31/12/2024</u>
Contas a pagar a partes relacionadas (i)	125.243
"Call option" (ii)	34.961
Contas a pagar de aquisição de empresa (iii)	22.604
Provisões de despesas	207
Outras Obrigações	667
Total	<u>183.682</u>
Circulante	126.117
Não circulante	57.565
	<u>183.682</u>

(i) Refere-se substancialmente a repasses para Greenpass para a liquidação financeira dos valores referentes às transações realizadas pelos usuários do Sistema Taggy e Parkky à rede de aceitação de estacionamentos e concessionárias de rodovias conveniadas. O prazo médio de repasse é de 25 dias. Vide nota explicativa nº 17.

(ii) Refere-se a garantia de opção de compra de 49% das ações remanescentes da Greenpass (Vide nota explicativa nº 10).





(iii) Referem-se ao valor variável a pagar pela aquisição de 51% da Greenpass, até setembro de 2026.

15. PROVISÃO PARA RISCOS

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possui passivos contingentes prováveis ou possíveis em que figura como ré.

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$75.283, representados por 82.374.450 ações no valor nominal de R\$0,91 cada uma, assim distribuídas:

b) Reserva de capital

O valor de R\$659 registrado na rubrica “Reservas de capital” é decorrente de ágio de emissão de ações.

c) Dividendos obrigatórios

Conforme estatuto é conferido aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado de reserva legal, conforme artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Não houve distribuição de dividendos em função do prejuízo auferido no exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

17. PARTES RELACIONADAS

Conforme definições do CPC 05 – Divulgação sobre Partes Relacionadas, partes relacionadas são os controladores e acionistas com participação relevante, empresa a eles ligadas, seus administradores, conselheiros e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares.

Em 31 de dezembro de 2024 a Edenred Mobilidade manteve transações com partes relacionadas conforme detalhado a seguir:

	Ativo (Passivo)	Receitas (Despesas)	
	31/12/2024	2º semestre	Exercício
Repom Instituição de Pagamento HUSA S.A			
Valores a receber (a)	17.658	11	11
Valores a pagar (g)	(305)	-	-
Ticket Serviços S.A.			
Valores a receber (a)	66	58	162
Valores a pagar (e, f)	(218)	(65)	(212)
Ticket Soluções HDFGT S.A.			
Valores a receber (a)	5.487	137	40
Valores a pagar (c)	(2.896)	(5)	-
Ticket Gestão em Manutenção EZC S.A.			
Valores a receber (a)	-	23	65
Valores a pagar (f, g)	(250)	-	-
Edenred Soluções e Instituição de Pagamento AHA S.A			





	Ativo (Passivo)	Receitas (Despesas)	
	31/12/2024	2º semestre	Exercício
Valores a receber (a)	-	5	10
Valores a pagar (d, f, g)	-	(6)	(16)
Greenpass Tecnologia e Inst. de Pgto HUE S.A.			
Valores a pagar (b)	(120.653)	(816)	(6.092)
Freto Soluções e Tecnologia S.A.			
Valores a receber (g)	-	6	14
Punto Inst. de Pgto. HOZ LTDA.			
Valores a pagar (f)	(921)	-	-
Total de Valores a receber – Notas 6 e 9:	23.211	240	302
Total Valores a pagar – Nota 14:	(125.243)	(892)	(6.320)

A natureza das operações com partes relacionadas está descrita a seguir:

- (a) Repasse de despesas do Centro de Serviços Compartilhados, referente às estruturas corporativas comuns a todos os negócios do grupo no Brasil.
- (b) Remuneração mensal pela prestação dos serviços da Greenpass (leitura de tags) para os clientes da Edenred Mobilidade.
- (c) Fornecimento de benefícios de combustível da empresa Ticket Soluções (cartão Fuel).
- (d) Fornecimento de benefícios Cartão GoodCard Plus.
- (e) Fornecimento de benefícios (Ticket Refeição, Ticket Alimentação e Ticket Super Flex Home Office etc.).
- (f) Capitalização de horas, repasse de custo time de tecnologia (GTA).
- (g) Fornecimento de serviços de tags (pedágio) para as demais empresas do Grupo.

As receitas e despesas com partes relacionadas estão classificadas nas rubricas “Receita operacional” e “Despesas gerais e administrativas” respectivamente.

Empréstimo mútuo:

A operação de empréstimo foi concedida pela Companhia para Greenpass Tecnologia e Inst. de Pgto HUE S.A., em julho de 2024 no montante de R\$19.500 e remuneração de 100% CDI + 4,75% ao ano, conforme deliberado em reunião do conselho de administração. A movimentação do empréstimo está demonstrada a seguir:

Parte relacionada	31/12/2023	Liberação	IOF	Juros	IRRF	Pagamento	31/12/2024
Greenpass Tecnologia e Inst. de Pgto HUE S.A.	-	19.500	-	1.469	-	-	20.969
	-	19.500	-	1.469	-	-	20.969





18. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2024	
	2º	
	Semestre	Exercício
Resultado de prestação de serviços (i)	15.316	28.317
(-) Impostos sobre serviços (ii)	(1.647)	(3.088)
Receita líquida de prestação de serviços	<u>13.669</u>	<u>25.229</u>

(i) As receitas de prestação de serviços correspondem às receitas com clientes, provenientes do consumo das Tags nas praças de pedágio pelo portador.

(ii) Referem-se aos valores com ISS, PIS, COFINS e INSS.

19. RESULTADO DE INTERMEDIACÃO FINANCEIRA

	2º	
	Semestre	Exercício
Receitas financeiras:		
Rendimento de aplicação financeira	2.142	4.735
Juros recebidos de clientes e estabelecimentos	2.129	3.866
Juros Empréstimo – Mútuo (Nota 17)	1.469	1.469
Pis e Cofins s/ receita financeira	(366)	(577)
Outras receitas financeiras	3.822	4.030
Total	<u>9.196</u>	<u>13.523</u>
Despesas financeiras:		
Juros s/ empréstimos e outros	(1)	(3)
Outras despesas financeiras	(21)	(866)
Total	<u>(22)</u>	<u>(869)</u>
Valor líquido	<u>9.174</u>	<u>12.654</u>

20. CUSTO DE SERVIÇOS PRESTADOS E PRODUTOS VENDIDOS

Abaixo apresentamos a conciliação dos custos operacionais

	2º	
	Semestre	Exercício
Captura e processamento	(7.065)	(7.608)
Parceiros e representação comercial	(791)	(791)
Outros	(397)	(769)
	<u>(8.253)</u>	<u>(9.168)</u>





21. DESPESAS COM PESSOAL

As despesas com pessoal estão detalhadas a seguir:

	2º Semestre	Exercício
Proventos	(1.109)	(1.338)
Encargos Sociais	(356)	(449)
Gratificações	(414)	(441)
Férias e encargos	(364)	(372)
Benefícios	(216)	(300)
Outros	(14)	(90)
	<u>(2.473)</u>	<u>(2.990)</u>

22. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

As despesas gerais e administrativas estão detalhadas a seguir:

	2º Semestre	Exercício
Provisão perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(8.063)	(10.488)
Assessoria e representação	(227)	(338)
Despesa de marketing	(60)	(60)
Gastos com Impostos e Taxas	(32)	(37)
Despesas com veículos, transportes e viagens	(11)	(22)
Despesas com infraestrutura	(1)	(2)
Outros	(404)	(832)
	<u>(8.798)</u>	<u>(11.779)</u>

23. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

As outras receitas e despesas operacionais estão detalhadas a seguir:

	2º Semestre	Exercício
Compartilhamento de despesas (a)	(1.265)	(2.287)
Perda/ganho na venda do Imobilizado	(1)	(1)
Outros (b)	997	1.083
	<u>(269)</u>	<u>(1.205)</u>

(a) Repasses de Capex e despesas do Centro de Serviços Compartilhados, referente às estruturas corporativas comuns a todos os negócios do grupo no Brasil.

(b) Refere-se substancialmente a crédito de Pis e Cofins sobre depreciação e fornecedores.





24. RESULTADO POR AÇÃO

A Companhia possui apenas ações ordinárias. A Companhia não possui instrumentos conversíveis em ações ou com característica de patrimônio líquido, portanto, o prejuízo diluído por ação é igual ao prejuízo básico por ação.

O prejuízo por ação, está demonstrado a seguir:

	2º Semestre	Exercício
Prejuízo do semestre / exercício	(19.389)	(22.978)
Quantidade de ações (em milhares)	82.374	82.374
Prejuízo por ação - R\$	(0,24)	(0,28)

25. ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE CAPITAL E DE RISCO

Gerenciamento da estrutura de capital e riscos

Visando o atendimento à Resolução BCB nº 198/2022, a Edenred Mobilidade, adota uma estrutura de gerenciamento de capital e riscos que é compatível com a natureza das atividades da instituição e com a complexidade dos serviços que são oferecidos, permitindo que os riscos sejam identificados, mensurados, monitorados, controlados, mitigados.

A Edenred Mobilidade possui e segue a política de gerenciamento de riscos que orienta em relação à natureza e a posição geral dos riscos financeiros que deverão ser regularmente monitoradas e gerenciadas a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa.

a) Risco operacional

A Companhia possui um ambiente de controles internos desenhado para suportar a natureza, o risco e a complexidade de suas operações, com base em políticas e procedimentos formalizados e divulgados a toda a Companhia, bem como áreas dedicadas e ferramentas específicas de monitoramento de riscos.

b) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não ser capaz de: i) honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e ii) não ser capaz de converter moeda eletrônica em moeda física ou escritural no momento da solicitação do usuário.

A Companhia gerencia o risco de liquidez, sendo os investimentos efetuados em instituições financeiras de primeira linha e mantendo saldos de caixa e aplicações financeiras suficientes para honrar seus compromissos.

c) Risco cambial

A Companhia não está direta e significativamente exposta ao risco cambial, pois todos os seus ativos e passivos são denominados em reais.



d) Gerenciamento de capital

As instituições reguladas pelo Banco Central do Brasil devem manter um Patrimônio Líquido compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos. A partir de 14 de fevereiro de 2024, data da autorização pelo Banco Central do Brasil para a Companhia atuar como instituição de pagamento, a Companhia passou a fazer parte do Conglomerado Prudencial do Grupo Edenred, tendo a Edenred Soluções e Instituição de Pagamento AHA S.A. como líder do Conglomerado. Os limites de capital regulatório são apurados de forma consolidada e apresentados nas demonstrações financeiras da líder do conglomerado prudencial.

26. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETAM CAIXA

Não houve nenhuma transação sem efeito no caixa no semestre e exercício findos de 31 dezembro de 2024.

27. EVENTO SUBSEQUENTE

Em 8 de maio de 2025, os acionistas da Companhia aprovaram, em assembleia geral extraordinária, o aumento de capital da Companhia no montante de R\$ 255.000, mediante a emissão de 630.908.301 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, passando o capital de R\$ 75.283 para R\$ 330.283.

Eduardo Diefenthaeler Fleck
Diretor presidente

Philippe Blecon
Diretor Administrativo e Financeiro

Alessandra Martins
Contadora CRC-1SP 326525/O-3